

A LITERATURA COMO MEDIADORA NA APRENDIZAGEM DA LEITURA

Kesley Mariano da Silva¹
Simone Aparecida de Jesus²
Sirlene Aparecida de Jesus³

Resumo

A Leitura é um dos Direitos de Aprendizagem que devem ser garantidos a toda criança e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade e para participar ativamente de todas as situações que encontra em seu dia a dia, na escola, nas ruas, bancos, etc. Para a aprendizagem de qualquer disciplina, de qualquer profissão ou simplesmente para se deslocar de um ponto a outro, é importante o domínio da leitura. Razão pela qual fica óbvio que todos têm que aprender a ler. Porém não é o que acontece com todos os alunos. Há sérias dificuldades na aquisição da leitura, que os programas e projetos instituídos pelos governos não conseguem sanar e que tem se tornado uma grande preocupação não só de professores. Nesse sentido se faz necessário entender como se dá esse processo e o que pode auxiliar o aluno nessa difícil tarefa de aprender a ler.

Palavras-chave: Leitura; Literatura; Direito; Educação; Aprendizagem.

Abstract

Reading is one of the Learning Rights, which should be guaranteed to all children and has a role in its formation to act in society and to actively participate in all situations found in their daily lives, at school, on the streets, banks, and others. For learning any subject, in any profession or simply to move from one point to another, the field of reading is important. That is why it is necessary that everyone has to learn to read. But it is not what happens to all students. There are serious difficulties in the acquisition of reading, that programs and projects set up by governments can not heal and that has become a major concern not only of teachers. In this sense it is necessary to understand how this process takes place and which can assist the student in this difficult task of learning to read.

Keywords: Reading; Literature; Right; Education; Learning.

A leitura é uma ferramenta primordial para a vida em sociedade, pois o mundo se escreve!

Para que haja, de fato, a aprendizagem de qualquer disciplina, de qualquer profissão ou simplesmente para ir de um lugar determinado para outro, é importante o domínio da leitura. Nessa perspectiva é que se entende que todo indivíduo precisa aprender a ler. Mas isso não é o que vem acontecendo com todos os alunos atendidos nas escolas de todo o país, sejam elas

1 - Kesley Mariano da Silva. Graduação em Letras: Português/Inglês – UEG; Graduação em Direito – FMB; Especialização em Docência do Ensino Superior – FINOM; Mestrado em Educação – UNIESA; Em doutoramento – Saint Alcuin of York.

2 - Simone Aparecida de Jesus. Graduação em Letras Português/Inglês – PUC/GO; Graduação em Pedagogia – UNIFAN; Especialização em Formação de Professores em Língua Portuguesa – PUC/GO; Especialização em Psicologia dos Processos Educativos – UFG; Em processo de Mestrado em Educação – UFG.

3 - Sirlene Aparecida de Jesus. Graduação em Matemática – PUC/GO; Graduação em Pedagogia – UNIFAN; Especialização em Docência do Ensino Superior – UEG.

públicas ou particulares. Há sérias dificuldades.

Muitos alunos chegam à segunda fase do Ensino Fundamental sem que sejam, de fato, leitores, o que dificulta muito o trabalho com os demais conhecimentos. Um aluno que não sabe ler, não consegue apreender o universo de possibilidades que lhe apresentam as demais disciplinas.

A Instrução primária, é gratuita a todos os Cidadãos desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, se tornando gratuita e obrigatória desde a Constituição de 1934.

O Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 diz que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, o que fica estabelecido na Lei 9394/1996 “É dever dos pais e responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental” (Lei 9394/1996), e a partir dos seis anos com a Lei 11.114/2005, com duração de nove anos garantida pela Lei 11.274/2006.

Atualmente, com o Plano Nacional de Educação, a preocupação ultrapassa a simples universalização da Educação e passa a incidir na qualidade do ensino oferecido, artigo 2º, parágrafo IV “melhoria da qualidade da educação”.

Mas o que se tem feito dentro dos muros das escolas nem sempre alcança esse propósito, pois o descrédito e a falta de compromisso acabam em graves consequências à vida acadêmica dos alunos, formando analfabetos funcionais. O que tem se tornado um grande problema, pois os alunos não conseguem permanecer na escola e tão pouco alcançar profissões que dependam do estudo.

A Leitura é um dos Direitos de Aprendizagem que devem ser garantidos a toda criança e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade e para participar ativamente de todas as situações que encontra em seu dia a dia, na escola, nas ruas, bancos, em todos os lugares e situações:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LEI 9.394, ARTIGO 32)

Nesse sentido, o Ministério da Educação tem feito um esforço no sentido de garantir a alfabetização de todos os alunos, ainda nos primeiros anos do Ensino Fundamental, por meio do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, destinado ao ciclo de alfabetização, do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental, das escolas públicas de todo o país:

- I. Falar, ouvir, ler e escrever textos, em diversas situações de uso da língua portuguesa, que atendam a diferentes finalidades, que tratem de variados temas e que sejam compostos por formas relacionadas aos propósitos em questão.
- II. Falar, ouvir, ler e escrever textos que propiciem a reflexão sobre valores e comportamentos sociais, participando de situações de combate aos preconceitos e atitudes discriminatórias: preconceito de raça, de gênero, preconceito a grupos sexuais, a povos indígenas, preconceito linguístico, dentre outros.
- III. Apreciar e compreender textos falados e escritos do universo literário, como contos, fábulas, poemas, dentre outros.
- IV. Apreciar e usar, em diversas situações, os gêneros literários do patrimônio cultural da infância, como parlendas, cantigas, trava línguas, dentre outros.
- V. Falar, ouvir, ler e escrever textos relativos à divulgação do saber escolar/científico, como verbetes de enciclopédia, verbetes de dicionário, resumos, dentre outros, e textos destinados à organização do cotidiano escolar e não escolar, como agendas, cronogramas, calendários, dentre outros.
- VI. Participar de situações de fala, escuta, leitura e escrita de textos destinados à reflexão e discussão acerca de temas sociais importantes, por meio de reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, dentre outros. (BRASIL, 2012)

Porém, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, encontra resistência por parte de alguns profissionais e as dificuldades continuam a existir no âmbito da escola pública assim como nas escolas privadas.

Segundo os estudos desenvolvidos por Vygotsky, é possível constatar que a leitura é uma prática de interação social, essencial ao desenvolvimento humano. Neste processo, o leitor coloca em ação estratégias cognitivas de seleção, antecipação, inferência e verificação de informações do texto que lê, se torna mais autônomo e capaz de se expressar e transformar tanto a si mesmo quanto ao mundo que o cerca.

Ponto crucial para esse aprendizado se dá por meio do gosto pela leitura, aprendido em situações de interação com outros indivíduos que leem. É assim que a leitura contribui para a autonomia do leitor, na sua compreensão do mundo e na forma como o interpreta. Pois ler é construir sentidos. Há nessa prática uma dimensão “sociodiscursiva” relativa os à interlocução, a relação autor e leitor, ou seja, o trabalho voltado para o reconhecimento dos propósitos para

os quais os textos foram produzidos, os destinatários prováveis desses textos, os espaços sociais onde os textos circulam, dentre outros. Essa dimensão diz respeito às capacidades de o leitor refletir sobre os contextos que motivaram a escrita, os motivos que o levaram a ler, o papel que desempenha, como leitor. Ela pode ser contemplada em situações em que o professor lê para as crianças e em situações em que a criança pode ler sozinha.

Diante de tais indicativos e da preocupação atual, fica evidente que, sendo o aluno o foco da escola e seu principal ator, é preciso uma atenção especial ao que ele aprende. E sendo a leitura fator determinante para o aprendizado como um todo se torna um importante objeto de estudo.

A aquisição da leitura está condicionada a diversos fatores, que poderão contribuir para um bom ou mau desempenho da aprendizagem leitora, como o gosto pela leitura e o contato que o aluno tem com livros e outros tipos de materiais impressos. A leitura deve ultrapassar a simples representação gráfica e decodificação de símbolos, posto que, dela depende a compreensão e o entendimento da expressão escrita.

A leitura deve ser vista como uma forma de interação entre os indivíduos e o meio. É nesse sentido que o trabalho com obras literárias facilita o desenvolvimento das habilidades de leitura, pois trabalha com um olhar lúdico questões do interesse dos alunos. A literatura então pode ser compreendida como um instrumento mediador entre o indivíduo e a leitura.

A leitura é concebida como uma conduta complexa e elaborada, de caráter criativo, na qual o sujeito coloca em ação todos os seus conhecimentos prévios. Aprender a ler é um desafio que todas as crianças têm que enfrentar nas fases iniciais de sua escolarização. Isto porque o mundo que a cerca é totalmente dominado por informações escritas, numa sociedade escolarizada. Cabe à criança superar esse desafio e desenvolver a sua capacidade leitora, primeiro passo para se tornar uma cidadã independente.

A compreensão infantil do princípio alfabético é o fator mais importante para se acender a uma leitura fluente. É nesse sentido que os estudos de Vygotsky, sobre o desenvolvimento, fazem referência ao uso dos signos, como significação. Para que algo seja aprendido é necessário que tenha um sentido para aquele que aprende. Nesse caso a aquisição da leitura vai depender da necessidade que o indivíduo tem de apreender o código linguístico e fazer uso dele.

Vygotsky distingue as formas superiores de comportamento das formas inferiores e caracteriza o signo como um instrumento psicológico, dotado de uma função indireta de objeto como meio para se realizar alguma atividade. Nessa perspectiva a Literatura se qualifica como esse instrumento pelo qual o indivíduo vai interagir com os signos e a partir deles desenvolver

a leitura.

O instrumento e o signo estão, portanto, ligados por um elo psicológico real, numa função mediadora, engendrada na razão, com toda sua relatividade e interferências culturais, no intuito de atingir seus objetivos, pois os homens se conduzem por meio dos signos, ainda que a atividade cognitiva não se resuma ao uso desses signos.

A diferença entre o instrumento e o signo é que o instrumento se trata de algo externo ao indivíduo para o controle e domínio da natureza e o signo é interno, o controle do próprio indivíduo, estando o controle da natureza e do indivíduo ligados, pois a alteração que o homem provoca na natureza altera a ele próprio. Então, pelo uso dos instrumentos é possível mudar as operações formais, no caso a aquisição da leitura por meio da literatura configura uma função psicológica superior, pois interfere em como o indivíduo se inscreve no mundo e interfere nele, a partir da internalização desses signos, que ocorre pela reconstrução interna de uma operação externa.

As funções e significados são criados por situações objetivas, tais como a necessidade de se informar sobre assuntos do seu interesse, e pelas pessoas com as quais o indivíduo convive. A família, a escola e a igreja proporcionam aos indivíduos esse tipo de construção de significação.

A esse processo de transformação do externo para o interno Vygotsky chamou de desenvolvimento. Assim as funções caracterizadas por ele como superiores têm origem nas relações reais entre os indivíduos, o que faz com que a internalização seja vista como um salto psicológico, que dá ao homem características humanas, distinguindo-o dos animais, capazes apenas de funções inferiores, como o reflexo e as funções biológicas.

Quanto à relação entre o aprendizado e o desenvolvimento, na idade escolar, Vygotsky faz inferências a três posições teóricas. A primeira afirma que os processos de desenvolvimento são independentes do aprendizado, um processo externo, que se utiliza dos avanços do desenvolvimento, como dedução, compreensão, evolução das noções de mundo, interpretação da causalidade física, domínio das formas lógicas e abstratas, que ocorrem por si mesmos. Porém o aprendizado segue as trilhas do desenvolvimento. A segunda afirma que aprendizado é desenvolvimento, sendo este o domínio dos reflexos condicionados, formando hábitos, a fim de elaborar e substituir respostas inatas. A terceira diz que aprendizado e desenvolvimento são distintos, porém se influenciam mutuamente. Para estes o processo de maturação prepara e torna possível um processo de aprendizado que estimula o desenvolvimento, como num ciclo. Assim toda aquisição de conhecimento faz aumentar a capacidade global do indivíduo. Nessa perspectiva a mente é um conjunto de capacidades e a melhora em uma de suas capacidades

resulta numa melhora em todas as outras.

Para Vygotsky, os estímulos artificiais, os sistemas de signos, têm uma origem social elaborada no decorrer da evolução histórica e cultural da espécie humana; são essencialmente de natureza cultural e tem um caráter basicamente convencional e arbitrário. Por isso, é possível ao indivíduo apropriar-se desses signos e deles fazer uso somente ao praticar em situações de interação social com outras pessoas que já os dominam e são capazes de transmiti-los.

De Vygotsky deriva-se a seguinte conclusão: se os processos psicológicos superiores típicos da espécie humana se constituem como tal graças à mediação semiótica, a mediação com a ajuda do uso de signos e se esses signos são de natureza e origem social e cultural, os processos psicológicos superiores são processos de natureza e origem social e cultural (SALVADOR, 1999).

O desenvolvimento no caso específico da leitura beneficia todos os demais conhecimentos, pois ao adquirir a leitura um novo mundo se abre ao indivíduo, o mundo das informações e do conhecimento, do escrito, do registro. Nesse sentido a apropriação do sistema linguístico pelos signos se torna essencial nas relações do indivíduo com mundo que o cerca:

[...] a mente não é uma rede complexa de capacidades gerais como observações, atenção, memória, julgamento, etc, mas um conjunto de capacidades específicas, cada uma das quais, de alguma forma, independente das outras e se desenvolve independentemente. O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. O aprendizado não altera nossa capacidade global de focalizar a atenção; em vez disso, no entanto, desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas. De acordo com esse ponto de vista, um treino especial afeta o desenvolvimento global somente quando seus elementos, seus materiais e seus processos são similares nos vários campos específicos; o hábito nos governa. Isso leva à conclusão de que, pelo fato de cada atividade depender do material com o qual opera, o desenvolvimento da consciência é o desenvolvimento de um conjunto de determinadas capacidades independentes ou de um conjunto de hábitos específicos. A melhoria da função da consciência ou de um aspecto da sua atividade só pode afetar o desenvolvimento de outra na medida em que haja elementos comuns a ambas as funções ou atividades. (VYGOTSKY, 2000, p. 92)

Segundo Vygotsky, o aprendizado da criança começa antes que ela frequente a escola, desde o seu primeiro dia de vida, por essa razão o que ela vivencia na escola já tem um embasamento em sua história prévia e que o aprendizado na pré-escola é distinto do conhecimento escolar propriamente dito, com um cunho muito mais científico e novo no desenvolvimento da criança.

Para explicar o desenvolvimento Vygotsky o divide em níveis distintos. O nível de

desenvolvimento real, das funções mentais da criança, dos ciclos completos de desenvolvimento. São, segundo ele, um indicativo da capacidade mental das crianças, se refere ao que ela consegue fazer sozinha, é definido por funções que já amadureceram. O que a criança consegue fazer com ajuda ou em parceria está no nível do desenvolvimento potencial. A distância entre esses dois ele chamou de zona de desenvolvimento proximal, é o indicativo de desenvolvimento mental, as funções ainda não amadureceram, mas estão em processo de maturação, em estado embrionário:

O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente.

A zona de desenvolvimento proximal provê psicólogos e educadores de um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 2000, p. 97)

Assim, é na zona de desenvolvimento proximal que se revela o estado de desenvolvimento mental da criança, no espaço entre os níveis real e potencial de desenvolvimento, pois o que é possível fazer com ajuda em determinado momento, será, em breve, possível fazer sozinha.

O desenvolvimento parte então da imitação, o que pressupõe uma natureza social ao desenvolvimento, de forma a considerar tudo que interfere na vida do indivíduo. A partir deste pressuposto, a interferência da literatura, como algo lúdico e prazeroso, no aprendizado da leitura, pode ser analisada, partindo dos referenciais psicológicos que interferem nessa relação de aprendizagem.

A partir do momento que a criança, historicamente vista sem diferenças para com os adultos, passa a ser vista como criança e não mais como um adulto pequeno, ela passa também a ter um novo lugar e desempenhar um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados e culturais. É nesse contexto que aparecem os livros literários destinados ao público infantil, ainda que de certa forma descontextualizados com a realidade desse público, que até então não era respeitado em suas diferenças.

A princípio, ainda não se tinha noção das necessidades lúdicas exigidas pelo público infantil. Os livros, ainda que, destinados às crianças, se assemelhavam aos dos adultos, inclusive quanto ao valor moral impresso pelas histórias contadas:

[...] a criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 17)

A partir dos estudos desenvolvidos e do crescente interesse das empresas pelo público infantil, já há o entendimento de que a literatura Infantil contribui significativamente na formação do indivíduo, sendo a infância a fase principal para o seu desenvolvimento.

Mesmo antes de ser alfabetizada convencionalmente, a criança inicia sua leitura de maneira geral, a partir de uma literatura também não convencional, por meio de imagens e signos simples. É muito importante, por tanto, para a formação de qualquer criança, ter contato com histórias, seja por meio da contação pelos adultos, seja pelo contato direto com o objeto livro. Pois esse é o início da aprendizagem para ser um leitor. Por despertar na criança a curiosidade e o interesse por descobrir o que está escrito nos livros, além de incentivar a criatividade, a literatura possibilita uma infinidade de descobertas e uma compreensão do mundo mais ampla e crítica, além de ser extremamente prazeroso.

Em princípio a criança não tem ainda o domínio do código linguístico verbal, logo o que prende a sua atenção é o mundo imaginário, as figuras e todo o encantamento que as histórias despertam nela, pois a Literatura Infantil estimula vários sentidos: apresenta à criança uma nova gramática da comunicação, sem regras fixas, unindo o verbal, o imagético e o sensorial, enriquece sua imaginação, proporcionando-lhe condições de se tornar livre de forma saudável.

Literatura é arte, é um fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, tudo, através de palavras que unamos sonhos e a vida prática, o imaginário e o real:

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização...Literatura é linguagem específica que, como linguagem, expressa uma determinada experiência humana, e dificilmente poderá ser definida com exatidão. (COELHO, 2000, p. 27)

Nesse sentido, a Literatura Infantil, passou a ser um instrumento motivador e desafiador, capaz de transformar o indivíduo em um sujeito ativo, responsável pela própria aprendizagem. Pois, a partir do momento em que ele aprende a ler, passa a saber e compreender através da leitura o seu contexto e tem a oportunidade de modificá-lo, ainda que minimamente, de acordo com suas necessidades.

Reconhecida a importância da Literatura na formação do homem, entende-se também que o ato de ler deve estar presente diariamente na vida das crianças, pois desde que o indivíduo nasce a literatura já exerce influência na vida e no desenvolvimento dele. Cabe à escola, por tanto, desenvolver nas crianças o hábito de ler por prazer, não pelo simples cumprimento da obrigação da leitura para um exercício ou para uma prova, mas pelo gosto de desvendar o

misterioso mundo das palavras e dos seus enlaces.

A literatura se aproxima da criança sem cobranças, sem obrigações, pelo gosto, pelo divertimento, pela curiosidade e proporciona a ela um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutíveis para a formação de leitores críticos. Seguindo, por esse caminho a criança que se relaciona com a literatura desde cedo adquire uma postura crítico-reflexiva, extremamente relevante à sua formação cognitiva, pois ao ouvir ou ler uma história ela é capaz de comentar, indagar, duvidar ou discutir sobre ela, por uma interação verbal primordial à sua comunicação com o mundo que a cerca.

Entender que o gosto é produzido historicamente permite também revalorizar de recontar, de rememorar a história vivida, coletivamente, para que seja possível compreender o gosto e superar o desgosto ou o contragosto em relação à leitura. Isso coloca de outra forma a centralidade do espaço de narrativa como estratégia formadora: (re)contar as experiências com livros, a trajetória com a leitura e a escrita, as histórias de vida, “é crucial para formar professores como leitores, para que tais professores e professoras possam retomar e reelaborar suas experiências com a leitura e a escrita, (re)construindo-se como leitores.” (KRAMER, 2010, p. 191) Quando os professores desenvolvem este gosto pela leitura, tornam-se apaixonados e apaixonantes. Podem ser mais convincentes e motivadores aos aprendizes para que também gostem de ler.

Por ser a linguagem constitutiva do sujeito que constrói o seu pensamento a partir do pensamento do outro, ela é, por consequência, uma linguagem dialógica. Esta visão de interação social do diálogo compreende e estabelece a relevância da Literatura Infantil, pois “a verdadeira evolução de um povo se faz ao nível da mente, ao nível da consciência de mundo que cada um vai assimilando desde a infância” (COELHO, 2000, p. 15).

A intervenção de outras pessoas, inclusive das próprias crianças, é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo, pois estes funcionam como mediadores na troca de informações, recurso legítimo para promoção do desenvolvimento. A mediação é feita tanto por outras pessoas como por objetos que servem como um elo que liga a criança ao seu aprendizado, como uma ajuda para que ela torne o conhecimento potencial em conhecimento real, é nesse espaço que se coloca a literatura na vida da criança.

É nesse sentido que a Literatura Infantil se coloca como mediadora do aprendizado, pois todo o senso lúdico que a envolve faz com que a criança se interesse pela leitura e a partir dela passe a conhecer um mundo antes desconhecido e possa intervir nesse mundo e moldar suas próprias participações nele.

A reconstrução, por parte do indivíduo, dos significados que lhe são transmitidos pelo grupo cultural é uma constante recriação da cultura pela imitação, pela reconstrução individual daquilo que é observado nos outros e balizado pelas suas possibilidades psicológicas. Ao imitar a escrita do adulto a criança está promovendo o amadurecimento de processos de desenvolvimento que a levarão ao aprendizado da escrita e da leitura, porém só é possível a imitação de ações que estão dentro da zona de desenvolvimento proximal do sujeito, ou seja, do que já está dentro de suas capacidades para aprender.

O domínio da linguagem promove mudanças radicais na criança, principalmente no seu modo de se relacionar com o meio que a cerca, pois possibilita novas formas de comunicação com os indivíduos e de organização do seu modo de agir e pensar. Nesse sentido o aprendizado da linguagem escrita representa um novo e considerável salto no desenvolvimento do indivíduo, a partir do momento em que propicia diferentes formas de organizar a ação e permite ainda um outro tipo de acesso ao patrimônio da cultura humana, por meio da leitura, garantindo-lhe modos diferentes e ainda mais abstratos de pensar e de se relacionar com as pessoas e com o próprio conhecimento.

O aprendizado da linguagem escrita, da leitura, envolve a elaboração de todo um sistema de representação simbólica da realidade, é um aprendizado necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, posto que o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie. É o aprendizado que possibilita e movimenta o processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, embora o aprendizado da criança se inicie muito antes dela frequentar a escola, é o aprendizado escolar que a coloca diante de elementos novos no seu desenvolvimento, por meio de conceitos científicos, conhecimentos sistematizados, adquiridos nas interações escolarizadas.

A leitura é, portanto, uma função psicológica superior, o que Vygotsky define como um modo de funcionamento psicológico tipicamente humano, relativo à capacidade de planejamento, memória voluntária e imaginação. O que dá ao homem a possibilidade de independência em relação às características do momento e espaço presente. Estes processos se originam nas relações entre indivíduos humanos e se desenvolvem ao longo do processo de internalização de formas culturais de comportamento e dependem de processos psicológicos elementares, comuns a outros animais, como reações automáticas, ações reflexas e associações simples, que são de origem biológica. A partir da codificação pela memória voluntária o homem

passa a imprimir significado ao que está escrito, passa a ler e significar o mundo a sua volta, se torna capaz de entender e transformar seu mundo.

O brincar é uma atividade socialmente realizada e que valoriza a interação específica e fundamental das pessoas com a realidade, o que possibilita a construção do conhecimento vivenciado, principalmente pelas crianças, o que também constitui para a construção do sujeito criança como produtor da própria história. É na brincadeira que as crianças podem se colocar diante de desafios e questionamentos, que vão além de seus comportamentos diários, buscando compreender os problemas que lhes são propostos, pois no ato de brincar, ao mesmo tempo que as crianças desenvolvem sua imaginação, elas estabelecem e constroem as relações entre si.

A literatura infantil serve, portanto, como possibilidade de criação e recriação do real. A criança pode comparar o mundo imaginário com sua vida prática cotidiana, estabelecendo assim relações que lhe permita defrontar com situações outras a que diariamente talvez não fosse exposta. É uma oportunidade de aprender com o outro, com a literatura, com a brincadeira, com a imaginação, em suma, com o lúdico.

Diante de tudo que foi exposto fica muito claro que o direito a aquisição da leitura é de fundamental relevância ao desenvolvimento do indivíduo e o quanto a Literatura Infantil contribui para esse aprendizado, tornando-o mais significativo e atraente. A literatura se torna nesse processo, uma importante ferramenta mediadora entre o indivíduo e a leitura, entre o indivíduo e o mundo à sua volta, com o qual de uma forma ou de outra ele terá que interagir e realizar trocas importantes à própria formação enquanto cidadão de um mundo letrado, em que cada vez mais a leitura se faz presente e necessária à própria sobrevivência.

Referências bibliográficas

BRASIL. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14, nov., 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º Anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18543&Itemid=1098>. Acesso em: 14, nov., 2018.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. **Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SALVADOR, César Coll. Et al. **Psicologia da Educação**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. 4. ed. Tradução de Daíse Batista. Alegre: Artemed, 2003.

VYGOTSKY, L. S **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Psicologia pedagógica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.